

# O legado de Nelson Traquina no estudo dos media e do jornalismo

## The legacy of Nelson Traquina in media and journalism studies

[https://doi.org/10.14195/2183-5462\\_37\\_3](https://doi.org/10.14195/2183-5462_37_3)

Cristina Ponte

Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Instituto de Comunicação da NOVA – ICNOVA

[cristina.ponte@fcsh.unl.pt](mailto:cristina.ponte@fcsh.unl.pt)

### Resumo

Este artigo recorda a intervenção de Nelson Traquina enquanto docente e investigador dos Media e do Jornalismo no Departamento de Ciências da Comunicação da NOVA FCSH durante três décadas. Tem presente particularidades do contexto histórico do exercício do jornalismo em Portugal e os tempos de transição em que decorreu essa intervenção. A partir desse contributo, identifica questões para uma agenda de pesquisa no atual contexto digital.

### Palavras-chave

Nelson Traquina; estudo do jornalismo; jornalismo em Portugal

### Abstract

This article intends to describe Nelson Traquina's legacy along three decades as media and journalism scholar and professor, in NOVA University's department of Communication Sciences, bearing in mind the particularities within the historical context of journalistic profession in Portugal. Departing from his legacy, the article identifies issues for a research agenda in the current digital context.

### Keywords

Nelson Traquina; journalism studies; journalism in Portugal

### Introdução

Em 1982, publicavam-se em Lisboa e Porto muitos jornais diários matutinos e vespertinos de informação geral<sup>1</sup>. Destes, hoje permanecem com edições impressas diárias o então jovem *Correio da Manhã*, lançado em 1979, e o centenário *Jornal de*

---

<sup>1</sup> Eram jornais matutinos os jornais *Correio da Manhã*, *O Diário* e o *Diário de Notícias* (de Lisboa) e *Comércio do Porto*, *Jornal de Notícias* e *Primeiro de Janeiro* (do Porto). Os jornais vespertinos, todos da capital, eram *A Capital*, o *Diário de Lisboa* e o *Diário Popular*.

*Notícias*, lançado em 1888. O jornal *Público* surgiria oito anos depois. As emissões a cores da RTP tinham-se iniciado dois anos antes e tardaria quase uma década até ao aparecimento de canais privados de televisão, a SIC e a TVI, e se afirmarem os canais por cabo, transnacionais e especializados.

Noutros sectores dos media, viviam-se tempos de mudança desencadeada 'de baixo para cima', com a popularização da palavra 'pirata' associada a gravações, cassetes fonográficas e emisoras de rádio. Rui Veloso, com o seu Chico Fininho, tinha rasgado caminho ao rock em português havia pouco. A par de uma produção cultural efervescente, o país vivia tempos de crise política, social e económica: o Parlamento votava a revisão da Constituição da República, que extinguiu o Conselho da Revolução. Nesse mesmo ano de 1982 acontecia a primeira greve geral depois de 1974, e o país estava prestes a ser de novo intervencionado pelo Fundo Monetário Internacional.

Nesses tempos, operava-se uma profunda alteração das condições tecnológicas de comunicação, que teriam impacto global nas décadas seguintes. Foi em 1982, nos Estados Unidos, que a rede Arpanet, então financiada com fundos da ciência depois de ter estado sob a alçada militar desde finais dos anos 1960, introduziu o protocolo TCP/IP como a sua base de comunicação e começaram a ser estabelecidos centros avançados de computação em muitas universidades norte-americanas. A expansão da internet, até então restrita aos setores militar e académico e financiada com fundos públicos, seria impulsionada pela afirmação da World Wide Web assente em empresas de telecomunicações e numa economia de mercado, a partir do início dos anos 1990. Nada mais voltou a ser como dantes.

### **Trinta anos de vida académica**

Recuemos de novo a 1982. Foi nesse ano que Nelson Traquina chegou à Universidade NOVA de Lisboa. No ano letivo de 1982-83, iniciou as suas aulas de Jornalismo na recém surgida licenciatura em Comunicação Social. Esta funcionava nas precárias instalações de um antigo quartel da Avenida de Berna que alojavam a novíssima Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Nelson Traquina tinha pouco mais de trinta anos, vestia-se de negro, usava mochila e exprimia-se num português com forte sotaque norte-americano que nunca abandonaria. Na bagagem de professor de Jornalismo trazia não só a sua experiência profissional na Agência *United Press International* e de correspondente de vários jornais em regime *free-lancer*, mas também uma multifacetada formação académica, percorrida entre os Estados Unidos e França: licenciatura e mestrado em Política Internacional, respetivamente no Assumption College, Massachusetts (1970) e na Universidade de Denver (1974); diplomas de estudos aprofundados em Ciências da Informação pelo Instituto Francês de Imprensa (1977) e em Comunicação Política e Social, pela Universidade de Paris I, Pantheon/Sorbonne (1979); doutoramento em Sociologia, pela Universidade de Paris V (1980).

Nelson Traquina terá sido um dos professores que mais marcou os estudantes de Comunicação da NOVA durante as três décadas em que aí foi professor. Da primeira geração de alunos - de que fiz parte - recordo a teatralidade com que afirmava que "as aspas são um par" e o entusiasmo e disponibilidade para corrigir uma

escrita de imprensa que teimava em não aparecer. A avaliação final de cada aluno resultava das notas dos seus cinco melhores textos jornalísticos, por ele afincadamente anotados e corrigidos. Este objetivo incentivava a que nos procurássemos superar, de modo a eliminar trabalhos jornalísticos menos conseguidos. Foi assim que um *perfil* e uma *grande reportagem* conseguiram anular as minhas fracas notas recolhidas em *notícias de agência*.

Nos trinta anos em que estive na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas foi sempre o coordenador da variante Jornalismo, na licenciatura – cuja designação mudaria para Ciências da Comunicação em 1994 –, no mestrado e no doutoramento. Foi vários anos coordenador do Departamento de Ciências da Comunicação e batalhou continuamente por condições tecnológicas que tornassem possível ambientes de aprendizagem de práticas jornalísticas ligadas a meios audiovisuais e depois digitais. Recrutou profissionais de excelência nas áreas da Imprensa, da Rádio e da Televisão e procurou constituir uma pequena equipa docente – de que faço parte desde 1997 - polifacetada e disposta a investir na carreira académica. O ensino e a investigação que conduziu, sobretudo sobre o jornalismo, mas sem esquecer o ambiente mediático em que se insere, marcaram gerações de jornalistas e de outros profissionais dos media formados na NOVA. A ambos considera na dedicatória de *Jornalismo: Questões, Teorias e 'Estórias'* (Traquina, 1993): “Aos meus alunos que aceitam o desafio de ser jornalistas. Aos meus alunos que descobrem a paixão do estudo do jornalismo”.

Na viragem para os anos 1990, Nelson Traquina impulsionou o primeiro mestrado em Estudos dos Media e do Jornalismo. O seminário que dirigiu então, em instalações provisórias na Rua Pinheiro Chagas, constituiria a base para esse livro onde compilou os alicerces do estudo do jornalismo. Mostrava estar atento e atualizado: a obra dá conta de investigação então recente sobre os processos de construção da notícia, sobretudo nos Estados Unidos (Elisabeth Bird e Robert Dardenne, Michael Schudson, Molotch e Lester, Gay Tuchman) e no Reino Unido (Stuart Hall e colegas; Philip Schlesinger). Foram sessões de intensa reflexão sobre teorias do jornalismo, partilhadas com uma geração vibrante de jovens investigadores (entre outros, Ana Cabrera, António Pinto Ribeiro, Maria João Silveirinha, Rogério Santos, Rosa Sobreira).

Na licenciatura em Ciências da Comunicação, Nelson Traquina viu aprovadas duas unidades curriculares inovadoras que propôs: *Teoria da Notícia* (sobre a qual realizou as suas provas de agregação) e *Ciberjornalismo*, em 1999. Foi o pai fundador do Centro de Investigação em Media e Jornalismo (CIMJ), um dos primeiros que surgiu na área da Comunicação, em 1997, almejando que constituísse um espaço de ligação entre investigadores, independentemente do local onde exerciam a sua atividade profissional. Fiz também parte desse núcleo de fundadores. Proporcionou aos investigadores que reuniu nesse centro sessões de trabalho com académicos de referência cuja bibliografia era por nós estudada, como Barbie Zelizer, da Annenberg School of Communication, Daniel Hallin, da Universidade do Sul da Califórnia ou Thomas Patterson, da Universidade de Harvard. Tornou reais os sonhos que persegui, tanto a revista *Media & Jornalismo*, surgida em 2002, como as várias Conferências subordinadas ao tema *Media, Jornalismo e Democracia*. Foi, sem dúvida, um batalhador pela formação científica e profissional de novas gerações de jornalistas e pela afirmação dos estudos do Jornalismo na academia e na sociedade portuguesa.

## Lentes para o estudo do jornalismo

A investigadora norte-americana Barbie Zelizer - cuja abordagem dos jornalistas como “comunidade interpretativa transnacional” (Zelizer, 1993) muito marcou a investigação de Nelson Traquina no seu estudo sobre a cobertura noticiosa da pandemia do VIH/SIDA - defende que o estudo do jornalismo beneficia do cruzamento de lentes disciplinares. Em *Taking Journalism Seriously*, escreve Zelizer: “quanto mais enriquecermos as perspetivas de análise das notícias, mais poderemos apreciar o que cada tipo de questionamento tem para nos oferecer e compensar a velha ideia de um único tipo nos pode dar resposta cabal ao que procuramos” (Zelizer, 2004, p. XX).

Nessa obra seminal (que revisitará em anos seguintes), Zelizer aponta cinco lentes provenientes da Sociologia, Ciência Política, História, Estudos da Linguagem e Análise Cultural. Numa revisão recente desse texto, onde acrescenta Ciências da Computação, Gestão, Direito e Economia Política, sublinha que aquelas cinco perspetivas continuam a oferecer “um vislumbre de uma gama central de alternativas pelas quais o jornalismo tem sido frequentemente conceptualizado” (Zelizer, 2017, p. 122). Vejamos como caracteriza essas lentes:

- A lente da Sociologia sublinha *como o jornalismo é importante* e privilegia como objetos de estudo as condições de produção e de receção das notícias; foi a perspetiva que orientou a primeira pesquisa extensiva em comunicação social, a *Mass Communication Research* nos Estados Unidos, pautada pelo funcionalismo, pela procura de efeitos das mensagens sobre audiências e por preocupações normativas, em meados do século XX. Nos anos seguintes, alimentou pesquisas sobre constrangimentos organizacionais e processos de agendamento; marcou os estudos etnográficos realizados em grandes redações de imprensa e de televisão, nos anos 1960 e 1970, sobretudo nos Estados Unidos. Mais recentemente, numa visão macrossociológica, tem-se focado em instituições e na ideologia do jornalismo, com contributos da Ciência Política, da Filosofia e dos Estudos Culturais.
- A lente da Ciência Política assinala *como o jornalismo é e como deveria ser importante*, ou seja, apresenta uma forte componente normativa. Analisa práticas jornalísticas de pequena escala e posturas dos jornalistas em relação a fontes de informação; numa escala intermédia considera a intersecção do jornalismo com a esfera da política, integrando o contexto das ligações dos jornalistas a atores políticos e a audiências, com atenção a fenómenos como campanhas eleitorais e jornalismo cívico; a uma escala macrossocial, explora as relações entre jornalismo e sistemas políticos.
- A lente da História considera *como o jornalismo foi importante*: congrega atenção a memórias e biografias bem como à história das organizações; identifica períodos, temas e acontecimentos marcantes; inclui ainda atenção às relações entre jornalismo e desenvolvimento do Estado-nação, cruzando com a lente anterior, da Ciência Política.
- A lente dos Estudos de Linguagem analisa *como o jornalismo se torna importante*, privilegiando a atenção à apresentação dos seus conteúdos. O recurso à análise de conteúdo e à Semiologia marcou estudos informais enquanto estu-

dos formais se sustentam em contributos da Sociolinguística, da Linguística Crítica, da Análise do Discurso e de uma atenção aos contributos visuais das notícias. Por sua vez, a abordagem pragmática da linguagem jornalística sublinha as condições de realização do discurso, ou seja, como uma narrativa jornalística é recontada por cada meio, dos grandes jornais à televisão ou a formatos jornalísticos alternativos.

- Por fim, a lente da Análise Cultural incide sobre *como o jornalismo varia de importância*; esta agenda é mais diversificada e interdisciplinar, com atenção sobretudo à apresentação e à receção de formatos e de meios que escapam ao registo canónico. Confere atenção aos modos como são procuradas e interpretadas 'outras notícias' que escapam à consideração de *hard news*, e também presta atenção a outros meios para além da chamada 'imprensa de referência'. Recolhendo contributos dos Estudos Culturais, norte-americanos e britânicos, esta lente considera em particular "significados, símbolos e sistemas simbólicos, rituais e convenções que permitem aos jornalistas manterem a sua autoridade cultural apresentando-se como aqueles que podem tratar acontecimentos do domínio público" (Zelizer, 2004, p.176). Por isso, é vasta a sua gama de temas: visões do mundo do jornalismo; práticas, tipos e formatos alternativos do jornalismo; crises e consagrações; representações do jornalismo no cinema, teatro, literatura e outras artes; como atuam as várias audiências do jornalismo.

Pela sua formação académica e profissional, a Sociologia e a Ciência Política foram as lentes mais presentes na investigação de Nelson Traquina sobre o jornalismo. Confirma-o a atenção às condições do exercício da profissão, às relações entre o jornalismo e a democracia e às teorias da notícia. Os seus textos revêem a visão ingénua da notícia como 'espelho da realidade' e divulgaram entre nós teorias – quase todas com origem norte-americana e britânica - que procuraram explicar "porque as notícias são como são", com base no estudo de práticas profissionais e da mediação jornalística: teoria da ação pessoal, teoria organizacional, teoria da ação política, teoria estruturalista, teoria da notícia como construção social.

Também o cruzamento da lente da Sociologia com a da Ciência Política se substantia na sua atenção às relações entre jornalismo e democracia e à emergente questão do jornalismo cívico na viragem para o século XXI, na obra que coorganizou com Mário Mesquita (Traquina e Mesquita, 2003) e que conta com contributos de Jay Rosen e Doris Graber, entre outros.

Em vários dos seus livros e artigos, Nelson Traquina revê o estudo do jornalismo no século XX à luz de uma sociologia da notícia. Procurou contribuir para esse conhecimento com o seu estudo sobre os jornalistas como "comunidade interpretativa transnacional", e também aprofundando a relação entre acontecimentos e ocorrências singulares, por um lado, e problemáticas sociais, por outro. De que modos as notícias são orientadas para acontecimentos ou para problemáticas foi objeto de estudo através da análise à cobertura jornalística da problemática do VIH-SIDA em dois jornais portugueses, *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã*, durante quase vinte anos, e que seria articulado com a análise dessa cobertura realizada por jornais de outros continentes.

O estudo sobre a cobertura noticiosa da problemática do VIH-SIDA foi um dos primeiros projetos de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e articulou uma extensiva análise de conteúdo (Traquina, Silva e Calado, 2007) com uma análise discursiva às formas de tratamento presente nos dois jornais, dos enquadramentos noticiosos à representação de vários atores sociais nas notícias (Ponte, 2004), permitindo uma revisitação posterior (Ponte, Silva e Calado, 2011).

Apesar do seu olhar vincadamente sociológico no estudo do jornalismo, Nelson Traquina deu espaço a que os investigadores com quem trabalhava – muitos deles foram seus orientandos de mestrado e de doutoramento - seguissem os seus próprios caminhos e usassem outras lentes para olharem os seus próprios objetos. Disso é prova o último livro que editou, *Do Chumbo à Era Digital. 13 leituras do jornalismo em Portugal*.

As lentes da História estão presentes em vários capítulos: Rosa Maria Sobreira recorda a profissionalização dos jornalistas durante as quatro décadas do Estado Novo; Álvaro da Costa Matos apresenta as revistas políticas desse mesmo período; Fernando Correia e Carla Baptista exploram a viragem do jornalismo português na década de 1960; Ana Cabrera incide sobre as dinâmicas sociais e reivindicativas dos jornalistas no período marcelista; Rita Figueiras dá conta da mediatização do Espaço Opinião na imprensa de referência ao longo de duas décadas recentes.

Outros capítulos usam sobretudo a lente de Análise Cultural e incluem um leque diversificado de títulos jornalísticos, incluindo a chamada imprensa tablóide: Cristina Penedo dissecou o tratamento do crime nos media noticiosos; Isabel Ferin confronta representações da imigração na imprensa e televisão; Cristina Ponte e Maria João Silveirinha destacam dimensões simbólicas da cobertura noticiosa, respetivamente da infância e do lançamento da nova moeda europeia.

Análises comparadas entre a cobertura jornalística de campanhas políticas por canais de televisão privados e de serviço público, de Estrela Serrano, e da cobertura jornalística do VIH-Sida na imprensa portuguesa e angolana, do próprio Nelson Traquina, combinam a lente sociológica com a análise de conteúdo da linguagem jornalística. A obra encerra com Rui Miguel Gomes, que considera a influência da internet nas relações entre jornalistas e fontes de informação, numa perspetiva que vinca a relevância da tecnologia nessas relações.

## **Relação entre media e sociedade em Portugal**

Nas décadas que vão de 1982 até à sua aposentação, em 2011, Nelson Traquina assistiu a (e refletiu sobre) mudanças no ambiente mediático: desregulamentação e diversificação de canais e de oferta informativa, no jornalismo audiovisual; declínio e desaparecimento de títulos de imprensa que vinham do século XIX e surgimento de novos títulos, entre os quais o jornal diário *Público* que constituiu um corte com o modelo hegemónico daquele jornalismo. Procurou responder aos primeiros desafios colocados pela digitalização e a reconfiguração do jornalismo no ciberespaço, na viragem para o século XXI, tendo orientado a primeira tese de doutoramento sobre esse tema, de Helder Bastos, em 2008. Esteve aberto a que o estudo do jornalismo em Portugal se fizesse na atenção ao que é singular e marcante nesse contexto económico, social e cultural.

A lente da História tem particular relevância para entender os processos de mediação que marcam a sociedade portuguesa e que a distinguem de outras sociedades europeias.

No século XIX, o norte europeu viveu a revolução industrial e processos de intensa urbanização, em tempos de contestação da ordem política e religiosa. A expansão da comunicação impressa acompanhou esses processos, nas suas várias modalidades (livros, folhetos, cartazes, jornais atentos à cobertura parlamentar, ao comércio e a outras temáticas de interesse para elites e dirigentes de sociedades em mudança), alimentou e foi alimentada por uma cultura letrada e pela afirmação de novos Estados-Nação.

Esse movimento de mudança não teve intensidade semelhante em Portugal. Num país eminentemente rural e católico, três quartos da população de idade superior a sete anos não sabia ler nem escrever no final do século XIX (Tengarrinha, 1989). Quase um século mais tarde, em 1970, perto um quinto dos portugueses com mais de 10 anos continuava na mesma situação, como assinala a entrada de Educação da PORDATA.

Apenas entre 1865 e 1885 se estabelecem em Portugal condições favoráveis à transformação industrial da imprensa, a fim de se atingir um público alargado que procurasse uma diversidade de informação. A implantação de jornais como o *Diário de Notícias*, o *Jornal de Notícias* ou *O Século* atingirá o auge na década de 1920, antes do aparecimento da rádio, e combinou a informação de interesse público (nacional, economia, internacional) e informação de proximidade, assente numa rede de correspondentes locais e de iniciativas junto os seus leitores, de filantropia e de mobilização. A relativamente escassa “esfera pública” mediada pela imprensa em Portugal é assim relevante na sua história dos media e da política.

Processos de eletrificação associados à comunicação que marcaram a segunda vaga da mediação (Couldry e Hepp, 2018) tardaram a ter impactos em Portugal. Como em outros processos industriais, também a produção do impresso beneficiou dessa nova fonte de energia e está associada à emergência de tecnologias que levaram mais longe as infraestruturas de comunicação à distância no tempo e no espaço (o telégrafo, o telefone, os cabos submarinos). Este contexto tornaria ainda possível uma panóplia de novos media sonoros e audiovisuais (cinema, indústria discográfica, rádio, televisão) no século XX.

Como realçam Couldry e Hepp (2018), a eletrificação não é uma mera extensão da mecanização dos media na medida em que acentua a interligação entre meios numa nova estrutura tecnológica. Entre as interdependências que vão moldar relações entre este ambiente mediático e contextos sociais, políticos, económicos e culturais, estão as novas possibilidades de afirmação de culturas transnacionais e a possibilidade de transmissão simultânea de conteúdos dos media a larga distância. Esta última tornou-se possível com a emergência e consolidação de organizações e indústrias do cinema e da televisão e viria a criar audiências globais para assistirem a “eventos mediáticos” (Katz e Dayan, 1992), um novo género televisivo marcado pela preparação cuidada entre promotores e profissionais do audiovisual, transmissão em direto e constituição de públicos envolvidos a uma escala nunca vista em termos de espaço e de sincronia. A chegada dos astronautas norte-americanos à Lua, em 1969, foi um desses primeiros momentos de uma audiência televisiva global.

Em Portugal, a eletrificação fora dos principais centros urbanos iniciou-se apenas nos anos cinquenta do século XX. O meio radiofónico foi por isso marcado por dificuldades de transmissão, que tornavam intermitentes as suas emissões, e o mesmo aconteceria com os primeiros anos da televisão em Portugal. Apenas depois do 25 de Abril se colocou o objetivo de levar a eletricidade a todas as regiões, porque ainda na década de 1970 havia muitas zonas rurais, mesmo perto de Lisboa, sem energia elétrica. O processo ficou concluído no final da década seguinte e prosseguiu com a melhoria da qualidade da rede.<sup>2</sup> A televisão tardaria a ter a presença massiva nos lares, o que aconteceu depois do 25 de abril e a que esteve também associada a nova informação e programação – essa expansão seria afirmada na década seguinte.

O atraso infraestrutural elucida as condições difíceis de penetração nos lares dos novos meios audiovisuais, entretanto surgidos: a rádio, nos anos trinta, e a televisão, nos anos cinquenta. Contudo, como em todo o mundo, a chegada à Lua foi transmitida em direto pelo então canal único da RTP, constituindo-se como um marco geracional. Imagens em direto da manifestação do primeiro 1º de Maio em liberdade, em 1974, constituíram um momento de celebração, tal como o debate, transmitido em direto a 6 de novembro de 1975, entre os líderes políticos em confronto, Mário Soares e Álvaro Cunhal, se constituiria como referência político-mediática. Ambos iriam fazer parte dos documentos incontornáveis para a história política e social portuguesa, tal como as telenovelas brasileiras – inauguradas em Portugal pela adaptação da obra *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado - se inscreveriam no ADN da programação televisiva no país.

A década de 1980 vai ser em Portugal marcada por tempos de profunda crise económica e política, na sua primeira metade, e pela entrada na Comunidade Económica Europeia, na segunda, que permitirá ao país beneficiar de fundos europeus. Essa entrada afeta a transição para um ambiente mediático marcado pela privatização do setor público da imprensa e pela preparação do aparecimento de novos canais privados, de rádio e de televisão.

Em *Big Show Media*, Nelson Traquina (1997) contextualiza e apresenta mudanças no sistema mediático que então se verificavam na Europa e em Portugal, recuando no tempo e analisando as políticas audiovisuais que mudaram o panorama mediático a partir da década de 1980: as tendências relativas ao audiovisual, com atenção ao cinema, às políticas para o audiovisual nos governos de Cavaco Silva, os primeiros anos da concorrência dos canais televisivos privados, SIC e TVI, as tendências da programação televisiva neste novo ambiente. Conclui que “o grande vencedor” da “guerra das audiências na nova era da concorrência” foi “o modelo norte-americano de televisão, isto é, a primazia da televisão comercial, em detrimento do modelo tradicional, no continente europeu, de televisão de serviço público” (Traquina, 1997, p.113).

Pelo que referimos sobre as deficientes condições infraestruturais, socioeconómicas e culturais do país, vale a pena reter o que os dados sobre o cinema revelam da fragilidade em termos de audiências: pouco mais de 11 mil espetadores assistiram a filmes em 1940; o pico de espetadores, atingido em 1975, com mais de 41

---

<sup>2</sup> <https://lojaluz.com/faq/historia-mercado-eletricidade-portugal>, acedido a 22 de janeiro de 2020.



mil, ocorreu no primeiro ano sem censura prévia; o número de espetadores desceu para perto de 31 mil em 1980 e para pouco mais de 10 mil em 1990. A televisão estava cada vez mais presente nos lares - aos dois canais da RTP, acedidos por via hertziana, juntava-se já a televisão via satélite e captada por parabólicas, abrindo o acesso a canais internacionais.<sup>3</sup> E nessa década ao aparelho de televisão juntava-se também toda a parafernália digital – as câmaras de filmar caseiras, videogravadores e vídeo leitores, videoclubes, consolas de jogos, computadores pessoais – adquiridos por uma camada populacional, sobretudo jovem e urbana, ávida por novos consumos e experiências e por quebrar o isolamento cultural em que tinham vivido gerações anteriores.

## **Agendas de pesquisa em tempos digitais**

Mas aqueles eram ainda os primeiros sinais do digital. A digitalização associada ao computador, ao telemóvel e à internet disseminou-se a uma velocidade nunca dantes alcançada a partir da última década do século passado, na sua articulação com a iniciativa privada e os mercados, sobretudo nos países com boas infraestruturas de telecomunicações e populações com nível educacional elevado. Na Europa, o fosso digital norte-sul no que se refere às suas gerações mais velhas ainda continua a manifestar-se.

Na primeira década de 2000, numa sucessão de passos, um pequeno número de grandes empresas privadas com origem norte-americana – Google, Facebook, Amazon, Apple – passou a atuar diretamente sobre os consumos mediáticos a uma escala global. Enquanto nos últimos anos a China tem vindo a afirmar-se neste mercado internacional, a Europa tem procurado introduzir regras e regulação às grandes companhias nomeadamente na proteção de dados pessoais (van Dijck, 2018). O mundo digital não é homogéneo. Milhões de utilizadores digitais não viveram os primeiros anos do acesso lento e complexo à informação digital, entraram diretamente na internet por via dos ecrãs tácteis e dos ícones das redes sociais, numa experiência marcada pelo imediato e pela intensificação dos processos de dataficação que estão na base de uma nova economia, a economia informacional.

Em Portugal, a expansão dos meios digitais apresenta uma clivagem geracional onde pesa o baixo nível de escolaridade de gerações mais velhas. Em 2002, 31 por cento dos portugueses tinham acesso à internet, menos de metade dos valores registados na Holanda, Dinamarca e Suécia. Apenas em 2010 mais de metade da população portuguesa acima dos 16 anos já tinha utilizado a internet. Em 2018, essa utilização situa-se nos dois terços da população, no contraste entre mais novos (quase universal) e mais idosos (cerca um em cada três).

A partir dos anos 2000 foram sempre os mais jovens (16-24 anos) a liderar nos acessos digitais. Políticas públicas de equipamento escolar e de incentivo à posse de computadores portáteis e ao acesso à internet, associadas a parcerias com em-

---

<sup>3</sup> <https://museu.rtp.pt/livro/50Anos/Livro/DecadaDe80/GrandesProjectosNovosDesafios/Pag10/default.htm>. Acedido a 22 de janeiro de 2020.

presas de telecomunicações e dirigidas a estudantes a partir do 1º ciclo, tiveram um impacto nos finais da primeira década, colocando o país numa posição de destaque no que se refere ao acesso naqueles níveis de ensino. Como noutros países, não existem estatísticas nacionais regulares sobre o acesso aos meios digitais abaixo dos 16 anos, embora as que existem revelem que nos lares portugueses com crianças os valores de acesso à internet estão acima da média nacional.

Como as vagas anteriores, a vaga da digitalização é marcada por processos de relação estreita com a sociedade que aqui se intensificam pela infraestrutura da internet. Esta nova mediatização incorpora velhos e novos media. A rádio, a televisão e o cinema tornaram-se digitais nas suas formas de produção e de apropriação por audiências; o modelo de negócio dos velhos media, que assentava na 'venda de audiências' para colocação de publicidade, entrou em crise com novos modelos de negócio reorientados pelo marketing e publicidade digital para chegar a consumidores segmentados através de novas plataformas. Com as redes sociais intensificadas pela web 2.0, a produção mediática e jornalística extravasou a esfera das indústrias e tem vindo a configurar-se de modos que contam com a participação crescente da figura híbrida daquele que consome, cria, faz curadoria de conteúdos, incluindo os noticiosos, e os recoloca em circulação (Bruns e Highfield, 2012).

As duas primeiras décadas do século XXI foram tempos de uma ainda mais profunda imbricação entre os media e a sociedade, transformando a sua presença e impacto pelo aprofundamento da conectividade e da convergência em formas de *mediatização profunda* (Couldry e Hepp, 2017). Esta nova relação entre media e sociedade é marcada pela crescente diferenciação tecnológica, de meios e de funcionalidades, com mudanças a vários níveis (Hepp e Hasebrink, 2017, pp. 22-23): crescente conectividade entre meios, clássicos e recentes; ubiquidade marcada pela rápida expansão de meios móveis, curto-circuitando distâncias; compressão do tempo gerada pelo ritmo acelerado da inovação; pressão para uma exposição pública e para conformidade face a estas mudanças; número crescente de objetos digitais periféricos e incorporados no quotidiano, a 'internet das coisas', e respetivos processos de dataficação e controlo digital.

Para Deborah Lupton (2015) estes tempos digitais ativaram seis perspetivas para estudo dos media: as *novas formas de poder* na economia de uma informação global, onde a circulação do conhecimento através de mega plataformas muda os modos como aquele é produzido e reproduzido; a constituição de dados e de tecnologias como *objetos socio-materiais*, convocando a atenção para elementos não-humanos e para a área emergente dos Estudos de Software; as *práticas de consumo e de produção* que alimentam modelos neoliberais de economia e que reduzem a relevância reguladora e do Estado; a disponibilidade da internet se constituir como *arquivo*, que suscita questões sobre políticas de conhecimento, propriedade intelectual e controlo de dados, de direitos de privacidade e de identidade que podem ser postos em causa; a *vigilância digital* e as suas dimensões sociais, políticas e culturais; a *personificação digital*, com atenção aos modos como os novos artefactos materiais são investidos e incorporados, fundidos com os corpos, constituindo-se como 'territórios do eu' e marcados pelo seu uso individual.

O *smartphone* é nestes tempos o artefacto digital mais investido e incorporado pelas novas gerações, substituindo o computador portátil como objeto primor-

dial de uso corrente. O recente questionário da rede EU Kids Online aponta que, em Portugal, cerca de quatro quintos de jovens entre nove e 17 anos de idade acedem à internet diariamente através do seu *smartphone*, muito acima dos que acedem diariamente por outros dispositivos (Ponte e Baptista, 2019). As atividades mais referidas, por cerca três em quatro, remetem para entretenimento (ouvir música, ver filmes e vídeos) e comunicação (comunicar com amigos e familiares, ir a redes sociais); a procura de notícias e a participação em grupos online com idênticos interesses e hobbies são referidas por menos de um terço. Além de dificuldades reconhecidas em competências informacionais e criativas, cerca de um quarto dos entrevistados aponta também que no último ano teve experiências digitais que os incomodaram. Oportunidades e riscos digitais envolvem também os adultos, apetrechados com diferentes recursos para os enfrentar.

O conceito de mediatização profunda tem-se vindo a afirmar na pesquisa em media na atenção a dois fenómenos: a *velocidade da expansão tecnológica* que faz com que não seja mais possível continuar a considerar os media como uma esfera separada da sociedade (Livingstone, 2009); e o *impacto dessa mediação* nos modos como afeta a construção da realidade social em qualquer dos seus domínios sociais (Hepp e Hasebrink, 2017). O jornalismo, um desses domínios, é de capital importância para a democracia.

Os contextos digitais de produção e de apropriação da informação jornalística alteraram de modo profundo as condições do trabalho jornalístico. Mark Deuze (2007) considera mesmo o desaparecimento do modelo hegemónico - centrado na imprensa diária e noticiários televisivos - e o esbatimento de fronteiras entre jornalismo e outras formas de comunicação pública. O seu modelo de negócio, assente em vendas e receitas publicitárias, enfrenta a indisponibilidade de leitores que se habituaram à circulação digital gratuita de todo o tipo de conteúdos e em constante atualização. As redações multimédia exigem profissionais polivalentes, aptos a manejar tanto os procedimentos jornalísticos que distinguem a informação jornalística editada como os recursos tecnológicos, reunindo em si valências dantes separadas. A possibilidade de constante atualização e disponibilidade online de matéria informativa para a qual contribuem as 'histórias externas' entre elas as geradas em redes sociais, tem custos no estreitamento do espaço para investigação de novas histórias por iniciativa dos próprios jornalistas. Também a monitorização e gestão de conteúdos digitais, com a avaliação constante do seu impacto, leva a que muitos profissionais fiquem fechados em redações e ecrãs, produzindo 'lá dentro' notícias sobre o mundo 'lá fora', como assinala a pesquisa etnográfica de Quandt (2008).

A tensão entre formas estabilizadas da mediação jornalística e processos de desintermediação por via das redes sociais coloca desafios a nível da pesquisa e da formação de profissionais. Neste tempo de mediatização profunda, as lentes apontadas por Zelizer necessitam de ter presente o contexto tecnológico que marca a produção social das notícias pelos órgãos de comunicação social, a sua batalha perante o uso do Twitter ou do YouTube como canais de comunicação sem exercício do contraditório e produção deliberada de informação falsa.

Mais do que o estudo das rotinas jornalísticas que marcou a lente sociológica durante décadas, já há duas décadas Simon Cottle apontava a necessidade de estudar

*práticas jornalísticas*, que abrangem características facilitadoras e constrangimentos trazidos pela tecnologia digital (Cottle, 2000). Hoje, essas práticas estão marcadas por novos fluxos editoriais, pela aceleração dos processos de recolha de informação e dos padrões temporais de produção de conteúdos, pela convergência entre o impresso, o audiovisual e o online, pela combinação de múltiplas tarefas e formatos profissionais associado ao colapso do ciclo noticioso diário face à publicação constante, por valores e práticas comunicacionais emergentes, como a instantaneidade, a ambiência e a hibridez (Boczkowski e Mitchelstein, 2017).

Todos estes pontos ajudam a formar um novo género de notícias, que esbate a diferença entre experiência, opinião e emoção e que aponta um “jornalismo positivo” e com espaço para o interesse humano, tal como tem vindo a ser apontado por Papacharissi (2017) e Wahl-Jorgensen (2018), uma linha que ativa a lente da análise cultural e que leva também a repensar a relação entre eventos e problemáticas.

Também a análise de ‘grandes dados’ e o trabalho em colaboração entre jornalistas de redações de vários países permitem dar novas dimensões ao jornalismo de investigação e de grande reportagem, como tem sido evidenciado na cobertura de temas como a corrupção ou a situação de refugiados, na atenção a temáticas macrosociais que interessam à Política, ao Direito e à Economia.

Reverendo a articulação de lentes para o estudo do jornalismo, Barbie Zelizer (2017) destaca que se rasgaram novos olhares sociológicos, com a atenção não só aos contextos contemporâneos de digitalização, mas também aos conglomerados dos media e corporações, à convergência e condições de participação. Esse olhar sociológico diversifica-se: vai buscar à Teoria Ator-Rede a atenção aos objetos socio-materiais e às novas configurações que emanam do digital; recorre à antropologia para rever procedimentos do método etnográfico do estudo de práticas profissionais; integra a teoria dos campos sociais, de Pierre Bourdieu. Os últimos trabalhos de Nelson Traquina evidenciavam a sua atenção a esta teoria sociológica para o estudo do jornalismo.

## **Nota final**

Nelson Traquina viveu na NOVA estes tempos de transição mediática. A sua biografia de filho de imigrantes rurais da região de Alcobaça, nascido e educado no estado de Massachussets - cuja tradição política do Partido Democrata não se cansava de reiterar a par dos valores da grande imprensa do leste norte-americano - cruza-se com a sua formação avançada em França e com a oportunidade que agarrou ao ingressar como docente no primeiro curso de Comunicação Social em Portugal. Regressou à sua cidade de origem, Springfield, MA, quando se retirou da Universidade, numa decisão onde pesaram razões familiares. Gerações de profissionais dos media e do jornalismo recordam-no como professor, os muitos orientandos que acompanhou recordam o seu empenho, disponibilidade e a liberdade de investigação que lhes proporcionou, os investigadores com quem trabalhou agradecem o caminho que abriu. Pela minha parte, obrigada, Nelson Traquina, pelo seu legado e entusiasmo.

## Referências biográficas

- Boczkowski, P., & Mitchelstein, E. (2017). Scholarship on Online Journalism: Roads Traveled and Pathways Ahead. In P. Boczkowski & C. Anderson (Eds.), *Remaking the News. Essays on the Future of Journalism Scholarship in the Digital Age* (pp. 15-26). Cambridge: MIT Press.
- Bruns, A., & Highfield, T. (2012). Blogs, Twitter and Breaking News: the Prodisusage of Citizen Journalism. In R.A. Lind (Ed.), *Producing Theory in a Digital World*. New York: Peter Lang.
- Cottle, S. (2000). New(s) Times: Towards a 'Second Wave' of News Ethnography. *Communications*, 25(1), 19-41. doi:10.1515/comm.2000.25.1.19
- Couldry, N., & Hepp, A. (2017). *The Mediated Construction of Reality*. London: Polity Press.
- Dayan, D., & Katz, E. (1992). *Media Events*. Harvard University Press.
- Deuze, M. (2017). On Media and Entrepreneurship as way of being in the World: a Challenge to Journalism Education. In R. S. Goodman & E. Steyn (Eds.), *Global Journalism Education in the 21st Century: Challenges & Innovations* (pp. 307-326). Austin: Knight Center for Journalism in the Americas, University of Texas at Austin.
- Hepp, A., & Hasebrink, U. (2018). Researching Transforming Communications in times of Deep Mediatization: a Figurational Approach. In A. Hepp, A. Breiter, U. Hasebrink (Eds.), *Communicative Figurations. Transforming Communications in Times of Deep Mediatization* (pp.15-48). Palgrave Macmillan.
- Livingstone, S. (2009). On the Mediation of Everything: ICA presidential address 2008. *Journal of Communication*, 59(1), 1-18. doi:10.1111/j.1460-2466.2008.01401.x
- Lupton, D., (2015). *Digital Sociology*. New York: Routledge.
- Papacharissi, Z. (2017). Commentary: Remaking Events, Storytelling and the News. In P. Boczkowski & C. Anderson (Eds.), *Remaking the News. Essays on the Future of Journalism Scholarship in the Digital Age* (pp.147-154). Cambridge: MIT Press.
- Ponte, C. (2004). *Notícias e Silêncios. A cobertura da Sida no Diário de Notícias e Correio da Manhã (1981-2000)*. Porto: Porto Editora.
- Ponte, C., Silva, M. T., Calado, V. (2012). O Dia Mundial da Sida 2011. Revisitando Elementos para uma Teoria da Notícia. In I. Cunha, Cabrera, A. & Sousa, J. P.(Eds.), *Pesquisa em Média e Jornalismo. Homenagem a Nelson Traquina* 203 – 214. Labcom
- Ponte, C., & Batista, S. (2019). *EU Kids Online Portugal 2018. Usos, competências, riscos e mediações da internet reportados por crianças e jovens (9-17 anos)*. EU Kids Online e NOVA FCSH.
- Quandt, T. (2008). News Turning and Content Management: An Observation Study of Old and New Routines in German Online Newsrooms. In C. A. Patterson & D. Domingo (Eds), *Making Online News: The Ethnography of New Media Production* (pp. 77-97). New York: Peter Lang.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica em Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Traquina, N. (1993). *Jornalismo: Questões, Teorias e 'Estórias'*. Lisboa: Veja.
- Traquina, N. (1997). *Big Show Média*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Traquina, N., & Mesquita, M. (Orgs.)(2003). *Jornalismo Cívico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Traquina, N., Torres da Silva, M., & Calado, V. (2007). *A Problemática da SIDA como Notícia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Traquina, N. (Org.)(2010). *Do Chumbo à Era Digital. 13 Leituras do Jornalismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Van Dijck, J. (2018, November). *The Geopolitics of Platforms: Lessons for Europe*. Keynote. VII Conferência da ECREA, Lugano.
- Wahl-Jorgensen, K. (2019). *Emotions, Media and Politics*. Cambridge: Polity Press.
- Zelizer, B. (2004). *Taking Journalism Seriously*. London: Sage.
- Zelizer, B. (2017). *What Journalism Could Be*. Cambridge: Polity Press.

## **Nota biográfica**

Cristina Ponte, professora catedrática em Estudos dos Media e do Jornalismo no departamento de Ciências da Comunicação da NOVA FCSH, pesquisa sobre a relação entre gerações e media, em Portugal e em projetos europeus. Foi membro da direção da COST Action IS0906 sobre Audiências (2010-2014) e desempenhou cargos de direção em sessões da ECREA (Audiências; Crianças, jovens e media). Na sua licenciatura em Comunicação Social, foi aluna de Nelson Traquina, que foi também o seu orientador de mestrado (1994) e de doutoramento (2002).

Ciência ID: 4C10-9A6B-0FE9

ORCID iD: 0000-0002-1534-4784

Scopus Author ID: 35971390500

Email: cristina.ponte@fcs.unl.pt

Morada institucional: Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Comunicação da NOVA, Av. de Berna, 26-C – Lisboa 069-061, Portugal

\* Submetido | Received: 2020.04.14

\* Aceite | Accepted: 2020.07.15